



Simulado Final

TCE PR

CARGO 6: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA: ÁREA JURÍDICA - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TCE-PR (Auditor de Controle Externo - Área Jurídica)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo - Área Jurídica do TCE-PR**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/VpxHYB3F6YAVhPdZ6>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/N8hX>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

No despertar do terceiro milênio, a humanidade acorda, distende os membros e esfrega os olhos. Restos de algum pesadelo horrível ainda atravessam sua mente. “Havia algo como arame farpado, e nuvens enormes em forma de cogumelo. Ah, bem, foi apenas um sonho ruim.” A humanidade vai até o banheiro, lava o rosto, examina as rugas diante do espelho, prepara uma xícara de café e abre o jornal. “O que será que nos espera hoje?”

Durante milhares de anos a resposta a essa questão não se alterou. Os mesmos três problemas preocupavam as pessoas da China no século XX, da Índia medieval e do antigo Egito. Fome, pestes e guerra sempre estiveram entre as principais dificuldades enfrentadas. Geração após geração os humanos rezaram para todos os anjos, deuses e santos e inventaram um sem-número de ferramentas, instituições e sistemas sociais — mas seguem morrendo aos milhões de inanição, epidemias e violência. Muitos pensadores e profetas concluíram que a fome, a peste e a guerra deviam fazer parte do plano cósmico de Deus ou de nossa natureza imperfeita, e nada senão o fim dos tempos nos livraria delas.

Mas no alvorecer do terceiro milênio a humanidade chegou a uma incrível constatação. A maior parte das pessoas raramente pensa sobre isso, porém nas últimas poucas décadas demos um jeito de controlar a fome, as pestes e a guerra. É evidente que esses problemas não foram completamente resolvidos, no entanto foram transformados de forças incompreensíveis e incontroláveis da natureza em desafios que podem ser enfrentados. Não precisamos rezar para nenhum deus ou santo para que nos salvem deles. Sabemos bem o que precisa ser feito para evitar a fome, as pestes e a guerra — e geralmente somos bem-sucedidos ao fazê-lo.

É verdade que ainda se verificam fracassos dignos de nota; mas, quando deparamos com eles, não mais damos de ombros e dizemos “Bem, é assim que as coisas funcionam em nosso mundo imperfeito”, ou “Que seja feita a vontade de Deus”. Sim, quando a fome, as pestes ou a guerra saem de nosso controle, costumamos achar que alguém deve ter se equivocado, estabelecemos uma comissão de inquérito e prometemos que na próxima vez

faremos melhor. E isso efetivamente funciona. Essas calamidades de fato acontecem cada vez com menos frequência. Pela primeira vez na história, hoje morrem mais pessoas que comeram demais do que de menos; mais pessoas morrem de velhice do que de doenças infecciosas; e mais pessoas cometem suicídio do que todas as que, somadas, são mortas por soldados, terroristas e criminosos. No início do século XXI, o ser humano médio tem muito mais probabilidade de morrer empanturrado no McDonald’s do que de seca, de Ebola, ou num ataque da AlQaeda.

Por isso, apesar de presidentes, executivos e generais ainda terem suas agendas preenchidas por crises econômicas e conflitos militares, na escala cósmica da história o gênero humano pode erguer os olhos e começar a perscrutar novos horizontes. Se realmente a fome, a peste e a guerra estão sob controle, o que irá substituí-las como prioridade na agenda humana? Como bombeiros em um mundo sem incêndios, o gênero humano no início do século XXI deve fazer a si mesmo uma pergunta sem precedente: o que vamos fazer conosco? Num mundo saudável, próspero e harmonioso, o que vai exigir nossa atenção e nossa engenhosidade? Essa pergunta torna-se duplamente urgente em razão dos novos e imensos poderes que a biotecnologia e a tecnologia da informação estão nos oferecendo. O que vamos fazer com todo esse poder?

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: uma breve história do amanhã.)

01. Considerando o desenvolvimento do texto, destacam-se algumas ideias. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Reflexão sobre o despertar do terceiro milênio: O texto inicia com uma metáfora do despertar da humanidade no terceiro milênio, mencionando a superação de pesadelos do passado. Na sequência, são apresentadas as grandes questões prioritárias que irão ameaçar a humanidade, já que os desafios históricos foram superados.
- b) Persistência dos problemas históricos: Ao longo dos milênios, a humanidade enfrentou consistentemente três grandes problemas: fome, pestes e guerra, considerados desafios incontroláveis.
- c) Transformação dos desafios: Contrariamente à visão histórica, o autor destaca que, nas últimas décadas, a humanidade conseguiu transformar a fome, as pestes e a guerra em desafios controláveis, abandonando a ideia de que são forças inevitáveis.
- d) Controle e progresso: Apesar de alguns fracassos notáveis, a humanidade agora aborda esses desafios com métodos práticos e tem mais sucesso em lidar com eles. A perspectiva histórica é de progresso, com menos mortes causadas por fome, doenças infecciosas e conflitos armados.
- e) Desafios futuros e poderes emergentes: Com a fome, pestes e guerra sob controle, o texto levanta a questão do que substituirá esses desafios na agenda humana. Destaca a importância de considerar novos horizontes, especialmente diante dos poderes emergentes da biotecnologia e da tecnologia da informação. O autor questiona o uso responsável dessas novas capacidades e propõe uma reflexão sobre o futuro da humanidade.

02. Considerando sua organização e tipologia, o texto deve ser classificado como predominantemente

- a) descritivo, pois descreve as grandes questões da humanidade;
- b) narrativo, pois relata uma sequência de ações da humanidade;
- c) injuntivo, pois apresenta instruções para lidar com questões atuais;
- d) argumentativo, pois apresenta opiniões e argumentos;
- e) expositivo, pois traz informações sem defesa de tese;

03. A humanidade vai até o banheiro, lava o rosto, examina as rugas diante do espelho, prepara uma xícara de café e abre o jornal. “O que será que nos espera hoje?”

No segmento acima, verifica-se, especificamente,

- a) uma analogia;
- b) uma personificação;
- c) uma comparação;
- d) uma pergunta retórica;
- e) uma ponderação;

04. As aspas no primeiro parágrafo foram utilizadas para

- a) indicar discurso indireto;
- b) sinalizar conotação;
- c) reproduzir fala literal;
- d) sugerir ironia;
- e) marcar neologismo;

05. Assinale a alternativa em que houve erro de pontuação.

- a) No despertar do terceiro milênio, a humanidade acorda, distende os membros e esfrega os olhos.
- b) É evidente que esses problemas não foram completamente resolvidos, no entanto foram transformados de forças incompreensíveis e incontroláveis da natureza em desafios que podem ser enfrentados.
- c) Sabemos bem o que precisa ser feito para evitar a fome, as pestes e a guerra — e geralmente somos bem-sucedidos ao fazê-lo.
- d) No início do século XXI, o ser humano médio tem muito mais probabilidade de morrer empanturrado no McDonald's do que de seca, de Ebola, ou num ataque da AlQaeda.
- e) Durante milhares de anos a resposta a essa questão não se alterou. Os mesmos três problemas preocupavam as pessoas da China no século XX, da Índia medieval e do antigo Egito.

06. No início do século XXI, o ser humano médio tem muito mais probabilidade de morrer empanturrado no McDonald's do que **de seca, de Ebola**, ou num ataque da AlQaeda.

O termo destacado apresenta função sintática de

- a) oração coordenada comparativa;
- b) objeto indireto;
- c) adjunto adverbial;
- d) adjunto adnominal;
- e) complemento nominal;

07. Muitos pensadores e profetas concluíram que a fome, a peste e a guerra deviam fazer parte do plano cósmico de Deus ou de nossa natureza imperfeita, e nada **senão** o fim dos tempos nos livraria delas.

O vocábulo destacado expressa, no contexto específico, ideia de

- a) negação;
- b) oposição;
- c) exceção;
- d) adição;
- e) condição;

08. *Durante milhares de anos a resposta a essa questão não se alterou. Os mesmos três problemas preocupavam as pessoas da China no século XX, da Índia medieval e do antigo Egito. Fome, pestes e guerra sempre estiveram entre as principais dificuldades enfrentadas.*

Uma inferência válida a partir do segmento é:

- a) Fome, pestes e guerra eram as principais dificuldades enfrentadas;
- b) China, Índia e Egito não mais sofrem com fome e guerra;
- c) os três problemas não mais preocupam as pessoas da China;
- d) havia ao menos uma preocupação além de fome, pestes e guerra;
- e) os países foram mencionados por serem potências mundiais;

09. foram transformados de forças incompreensíveis e incontroláveis da natureza em desafios que podem ser enfrentados...

Transpondo-se o trecho sublinhado para a voz ativa, a forma verbal correspondente seria:

- a) transformaram;
- b) transformaram-se
- c) transformavam
- d) seriam transformados
- e) são transformados

10. É verdade que ainda se verificam fracassos dignos de nota

O vocábulo destacado acima possui a mesma classificação que o sublinhado em:

- a) "Bem, é assim que as coisas funcionam em nosso mundo imperfeito"
- b) hoje morrem mais pessoas que comeram demais do que de menos
- c) "Que seja feita a vontade de Deus"
- d) "O que será que nos espera hoje?"
- e) Sabemos bem o que precisa ser feito para evitar a fome

11. "Bem, é assim que as coisas funcionam em nosso mundo imperfeito"

Assinale a alternativa em que o termo destacado apresente a mesma função que o sublinhado no segmento acima.

- a) Havia algo como arame farpado
- b) foi apenas um sonho ruim
- c) a resposta a essa questão não se alterou
- d) É verdade que ainda se verificam fracassos dignos de nota
- e) A maior parte das pessoas raramente pensa sobre isso

12. ... o gênero humano pode erguer os olhos e começar a perscrutar novos horizontes.

Considerando o contexto, o vocábulo destacado poderia ser substituído adequadamente por

- a) investigar
- b) enxergar
- c) superar
- d) alcançar
- e) temer

13. "Bem, é assim que as coisas funcionam em nosso mundo imperfeito"

Se reproduzida em discurso indireto, a sentença acima apresentaria a seguinte reescritura:

- a) "Bem, é assim que as coisas funcionam em meu mundo imperfeito", diria a humanidade.
- b) A humanidade disse que era assim que as coisas funcionavam em nosso mundo imperfeito
- c) A humanidade disse que é assim que as coisas funcionam em seu mundo imperfeito
- d) A humanidade disse: "era assim que as coisas funcionavam em nosso mundo imperfeito"
- e) "Bem, era assim que as coisas funcionavam em nosso mundo imperfeito", diria a humanidade.

14. Sabemos bem o que precisa ser feito para evitar a fome, as pestes e a guerra...

Em relação ao trecho que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de

- a) propósito;
- b) consequência;
- c) causa;
- d) condição;
- e) proporção.

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

15. A respeito do controle de constitucionalidade, considere as seguintes afirmações:

I – Declarada a inconstitucionalidade de uma lei pelo STF, em sede de controle concentrado, essa decisão produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive em relação ao legislador, que fica impedido de reiterar a lei declarada inválida.

II – Os legitimados a propor ação declaratória de inconstitucionalidade são menos numerosos que os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade.

III – É cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental para discutir a validade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns), apenas:

- a) I e II
- b) III
- c) II e III
- d) I e III
- e) I

16. Com relação à nova tributação sobre o consumo, instituída pela EC nº 132, de 2023, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Lei ordinária disporá sobre as regras comuns aplicáveis ao Imposto sobre Bens e Serviços e a Contribuição sobre Bens e Serviços
- b) o Imposto sobre Bens e Serviços será informado pelo princípio da neutralidade
- c) O Imposto sobre Bens e Serviços terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvada a alíquota, que será fixada por cada ente federativo mediante lei complementar
- d) O Imposto sobre Bens e Serviços será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação

e) A Contribuição sobre Bens e Serviços substituirá, dentre outros, o Imposto sobre a Renda e o Imposto Territorial Rural

17. Considere que um Estado-membro da federação tenha editado lei dispendo sobre a proibição do uso da denominada “linguagem neutra” em escolas e editais de concursos estaduais. À luz da jurisprudência do STF, pode-se dizer que essa lei é considerada:

- a) formal e materialmente inconstitucional
- b) formalmente constitucional, mas materialmente inconstitucional
- c) formal e materialmente constitucional
- d) formalmente inconstitucional
- e) formalmente constitucional, desde que a União não tenha legislado sobre a matéria

18. A respeito do processo legislativo, é correto afirmar que pode ser editada medida provisória:

- a) sobre direito eleitoral
- b) para a abertura de créditos extraordinários
- c) para dispor sobre temas de direito processual civil
- d) para instituir o imposto sobre grandes fortunas
- e) para dispor sobre normas gerais de direito financeiro

19. Com base nas disposições constitucionais acerca do Poder Judiciário, pode-se afirmar que cabe ao STF processar e julgar, originariamente:

- a) as causas e os conflitos entre a União e os Estados
- b) as causas entre Estado estrangeiro e Município
- c) as ações populares contra o Presidente da República
- d) os habeas corpus denegados por tribunal superior
- e) o mandado de segurança contra Ministro de Estado

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

20. Nos termos dispostos no Decreto 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços (SRP), julgue os itens a seguir:

- I. Na contratação para registro de preços, a dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo prescindível para a realização da licitação.
- II. O Registro de Preços poderá ser adotado quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, entre outras hipóteses.
- III. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

IV. Sob nenhuma hipótese é permitido o registro de preços sem indicação do total a ser adquirido.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

21. Em relação ao controle sobre a atuação logística da Administração Pública, é correto asseverar que:

- a) A legislação estabelece que as contratações públicas sejam submetidas a práticas de gestão de riscos, continuadas ou não, e de controle a posteriori.
- b) A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle

interno da Administração, como as Controladorias-Gerais dos Estados.

- c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.
- d) Controle concomitante avalia o ato antes do início de sua prática, buscando impedir a prática de atos ilegais.
- e) O julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo decadencial de dez anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

22. Em relação aos princípios administrativos, julgue os itens a seguir:

- I. O princípio da juridicidade implica redução da discricionariedade administrativa ao sujeitar os atos da Administração Pública à observância de todo o ordenamento jurídico.
- II. Com fundamento no princípio da autotutela, tribunais do Poder Judiciário podem revogar os seus próprios atos.
- III. O princípio da especialidade viabiliza a criação de órgãos especializados da administração direta a partir da desconcentração administrativa.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

23. Supondo que, no âmbito de processo administrativo regido pela Lei federal 9.784/1999, determinado interessado tenha interposto recurso perante órgão para a qual a legislação não atribuía tal competência. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso em epígrafe:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.
- e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.

24. No que se refere aos agentes públicos, assinale a alternativa correta à luz das regras constitucionais:

- a) é permitida a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
- b) a proibição de acumular cargos abrange toda a administração indireta, com exceção das empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, membros do Ministério Público estão autorizados a exercerem uma função de magistério, ainda que em disponibilidade.
- d) é vedado ao servidor público o direito à livre associação sindical.
- e) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

LEI Nº 20656/2021 E

LEI ESTADUAL PARANÁ Nº 6.174/1970

Tiago Zanolla

25. Os servidores do Tribunal de Contas estavam participando de uma reunião sobre a importância do uso de sistemas digitais na administração pública. Durante a discussão, o servidor João levantou uma questão sobre a Lei nº 20.656/2021. A reunião se tornou um debate acalorado, e para esclarecer, o instrutor definiu corretamente que

- a) Ato de Ofício é o ato expedido por autoridade competente com a participação de terceiros.
- b) Autoridade é o servidor ou agente público dotado de poder de decisão no âmbito de sua competência.
- c) Autoridade Superior é qualquer autoridade que possua maior tempo de serviço na administração pública.
- d) Consulta Pública é o processo que objetiva a manifestação de autoridades públicas sobre temas administrativos.
- e) Revelia é a conduta pela qual o indiciado, mesmo notificado regularmente, responde no prazo legal.

26. Durante uma simulação de atendimento ao público, os servidores do Tribunal de Contas foram divididos em grupos para resolver um caso fictício. O caso envolvia um recurso administrativo e suas implicações legais. Após discutirem, cada grupo apresentou sua solução.

Com base na Lei nº 20.656/2021., assinale a alternativa correta:

- a) As decisões administrativas finais não podem ser objeto de recurso.
- b) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual deve reconsiderar a decisão em até dez dias.
- c) O recurso administrativo depende do pagamento de custas, salvo disposição em contrário.
- d) O recurso administrativo poderá tramitar por até três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- e) A autoridade que der causa ao atraso na tramitação do recurso, sem justo motivo, será responsabilizada administrativamente.

27. Considerando a Lei Estadual Paraná nº 6.174/1970, assinale a alternativa correta sobre o processo de remoção de funcionários públicos:

- a) A remoção pode ser feita apenas a pedido do funcionário, nunca ex-offício.
- b) A remoção não precisa respeitar a lotação dos órgãos ou unidades administrativas envolvidos.
- c) A remoção é permitida mesmo sem a existência de vagas na lotação.
- d) O funcionário tem direito à remoção para cargo equivalente no lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor público.
- e) A remoção por permuta independe de pedido escrito dos interessados.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

28. Maria é Conselheira do TCE PR e recebeu um convite para exercer outra atividade remunerada. Interessada em complementar a sua renda, Maria buscou informações na Lei Orgânica do TCE e percebeu que poderá:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) exercer cargo técnico ou de direção em associação de classe, com ou sem remuneração.
- c) exercer um cargo de magistério, mesmo que não esteja em disponibilidade.
- d) aceitar participar de conselhos ou comissões de órgãos ou entidades jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas;
- e) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista.

29. Os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da administração pública não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.
- d) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativas de natureza jurisdicional.
- e) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os litígios sejam resolvidos em âmbito administrativo.

30. Considerando as competências do TCE PR definidas na sua Lei Orgânica e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) é constitucional a competência do TCE PR de homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos municípios, em simetria com a competência constitucional do TCU de efetuar o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação dos estados e dos municípios;
- b) o TCE deverá decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos normativos concernentes a matéria de sua competência, sendo que a decisão tomada pelo quórum definido na Lei Orgânica constituirá prejulgamento de tese e vinculará o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação.
- c) o Tribunal prestará contas anualmente à Assembleia Legislativa, sobre as fiscalizações realizadas sobre os recursos estaduais, devendo prestar contas às câmaras municipais acerca da fiscalização dos recursos municipais.
- d) o Tribunal emitirá parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal e do Poder Judiciário;
- e) o Tribunal de Contas não exerce qualquer tipo de controle de legalidade sobre nomeações para cargo de provimento em comissão.

31. João é servidor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e foi designado pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ele acompanhou a palestra de Antonio, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Antonio, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

32. O Tribunal de Contas do Estado indeferiu o registro de admissão de diversos professores contratados pela prefeitura de município sujeito à sua jurisdição, uma vez que o provimento se deu sem concurso público. Em sua manifestação, o Prefeito Municipal alegou que a contratação tomou por base lei municipal que afastava a necessidade de concurso para professores efetivos da rede pública. Ademais, o Prefeito alegou que a palavra final sobre a admissão caberia à Câmara de Vereadores, que detém a titularidade do controle externo. Entretanto, o Tribunal de Contas manteve o indeferimento do registro, afastando a aplicação da lei municipal, por suposta inconstitucionalidade.

Considerando a situação acima, marque a alternativa correta, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) a Câmara Municipal poderá afastar a decisão do Tribunal de Contas do Estado, mediante decisão de dois terços dos seus membros.
- b) o Tribunal de Contas não poderá afastar a lei municipal, pois, segundo o STF, não detém prerrogativa de exercer o controle de constitucionalidade.
- c) o Tribunal de Contas poderá afastar a aplicação da lei municipal, para evitar resultado inconstitucional, em razão de violação patente a dispositivo da Constituição Federal.
- d) somente no caso de violação de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal caberia ao Tribunal de Contas afastar a aplicação da lei inconstitucional.
- e) não cabe ao Tribunal de Contas realizar o controle de legalidade de admissão de servidores efetivos.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Guilherme Santanna*

33. Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:

- a) modificada com ressalva
- b) não modificada
- c) modificada adversa
- d) modificada com abstenção de opinião
- e) não modificada qualificada

34. Após o recebimento de uma série de recomendações e notificações do tribunal de contas sobre a aplicação de recursos de transferências vinculados à área de saúde, uma entidade decidiu realizar uma auditoria com o objetivo de avaliar se ações realizadas ao longo do último exercício financeiro observaram os regulamentos aplicáveis aos recursos transferidos para esta área.

À luz desse objetivo e dos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, o auditor deverá planejar o trabalho com base nas normas para realização de auditoria:

- a) operacional
- b) de conformidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de avaliação da gestão
- e) especial

35. Uma equipe de auditoria interna foi requerida a realizar um exame com o objetivo de fornecer à organização avaliação independente sobre os processos de gerenciamento de riscos conduzidos pela organização.

De acordo com as Normas dos Profissionais de Auditoria Interna, esse trabalho deve ser conduzido sob a perspectiva de um:

- a) relatório direto de conformidade;
- b) serviço de consultoria;
- c) serviço de avaliação (assurance);
- d) trabalho de auditoria de gestão;
- e) trabalho de certificação.

36. De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:

- a) operacional
- b) de regularidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de compliance
- e) especial

37. Assinale a alternativa que, baseado nas normas de auditoria, indica um dos elementos que compõem o ambiente de controle interno.

- a) Novas normas contábeis.
- b) Segregação de funções.
- c) Forças e fraquezas.
- d) Riscos e oportunidades.
- e) Valores de ética e integridade.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

38. Sobre os princípios orçamentários, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da exclusividade determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve conter apenas previsão de receitas e fixação de despesas, não sendo permitido incluir autorizações para abertura de créditos adicionais.
- b) O princípio da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas do ente devem estar previstas na LOA, incluindo receitas e despesas intraorçamentárias.
- c) O princípio da unidade exige que o orçamento deva ser único para cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), permitindo maior controle e transparência.
- d) O princípio da não afetação das receitas veda a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem exceções.
- e) O princípio do equilíbrio orçamentário impede que o governo contrate operações de crédito para cobrir déficit orçamentário.

39. Em relação aos créditos adicionais previstos na legislação orçamentária brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) Créditos suplementares são destinados a despesas urgentes e imprevistas, não previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- b) Créditos especiais são destinados a reforçar dotações orçamentárias já existentes na LOA.
- c) Créditos extraordinários são abertos pelo Poder Executivo em casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- d) Créditos suplementares e especiais necessitam de autorização legislativa na LOA e de indicação dos recursos correspondentes.
- e) Créditos extraordinários dependem de autorização prévia do Poder Legislativo para serem abertos.

40. Sobre os conceitos de dívida fluante e dívida fundada no âmbito das finanças públicas brasileiras, assinale a alternativa correta:

- a) A dívida fluante é composta por compromissos de longo prazo, como operações de crédito contratadas para investimentos em infraestrutura.
- b) A dívida fundada inclui compromissos de curto prazo, como restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.
- c) A dívida fundada é constituída por empréstimos e financiamentos de longo prazo e por operações de crédito, enquanto a dívida fluante é composta por passivos de curto prazo, como restos a pagar.
- d) A dívida fluante inclui contratos de empréstimo de longo prazo e financiamentos externos.
- e) A dívida fundada e a dívida fluante são categorias exclusivas do setor privado, não sendo utilizadas para o setor público.

41. A Lei de Responsabilidade Fiscal reforça o princípio da transparência em seu artigo 48. Nesse contexto. São instrumentos de transparência da gestão fiscal municipal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público,

- a) parecer do relator.
- b) relatório de gestão orçamentária e gestão financeira.
- c) relatório parcial de gestão fiscal.
- d) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- e) versões detalhadas dos documentos contábeis e demonstrativos financeiros.

42. De acordo com a Lei nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a despesa de custeio é uma categoria de despesa pública. Qual das alternativas a seguir caracteriza corretamente uma despesa de custeio?

- a) Aquisição de um imóvel para uso de um órgão público.
- b) Construção de uma nova escola pública.
- c) Pagamento de salários aos servidores públicos.
- d) Compra de veículos para a frota oficial do governo.
- e) Realização de obras de infraestrutura.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Elisabete Moreira

43. O planejamento organizacional compreende o estabelecimento de metas e a maneira de alcançá-las, englobando um processo participativo de gestão, junto com os colaboradores que possam contribuir em sua elaboração e implantação. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A missão organizacional deve explicitar onde e como a organização pretende estar no futuro, embasando-se principalmente no pensamento dos seus dirigentes.
- b) O pilar organizacional de gestão das redes e alianças está relacionado aos canais adequados para a troca de informações tanto entre os próprios participantes quanto da rede para os participantes.
- c) Segundo a metodologia BSC (balanced scorecard), os processos de gerenciar mudanças de negócios e aprimorar e manter a operação e a produtividade dos colaboradores dizem respeito à perspectiva financeira da organização.
- d) No planejamento participativo, o principal resultado esperado não é o plano, mas o processo desenvolvido de aprendizagem organizacional.

e) A avaliação de desempenho é uma análise pontual que compara os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados.

44. Um projeto em uma organização deve ter como objetivo a criação de um produto ou serviço único enquanto os processos objetivam a realização de um produto padronizado. Acerca de gerenciamento de projetos e de processos, assinale a opção correta.

- a) Os projetos visam definir um futuro para a organização, ao passo que os processos têm o papel de transformar ideias em ações concretas.
- b) O portfólio designa uma carteira de projetos que pode compreender um grupo ou todos os projetos interdependentes da organização.
- c) A avaliação de processo, vinculada ao desempenho de atividades de execução, pode ser medida em dias de demora de um processo de compra ou percentual de atendimento de um público-alvo, por exemplo.
- d) A fase de iniciação de um projeto compreende os processos responsáveis pelo refinamento do objetivo e pela definição da linha de ação e dos requisitos.
- e) Planejar os custos e determinar o orçamento são processos relativos ao gerenciamento do escopo de um projeto.

45. Ao se definir a estrutura organizacional, deve-se estabelecer os critérios de departamentalização que agrupam em quais departamentos as pessoas e os recursos serão alocados. Sobre o tema, assinale a alternativa correta

- a) A divisão de uma organização nos departamentos de pessoa branca, preta, amarela, parda e indígena constitui exemplo de departamentalização por produto ou serviço.
- b) Na diferenciação vertical, a estrutura organizacional se caracteriza por múltiplos departamentos e divisões.
- c) Em uma estrutura organizacional verticalizada, espera-se que haja muitos níveis hierárquicos e alta amplitude de controle.
- d) Enquanto a organização burocrática é semelhante à orgânica, a organização adhocrática assemelha-se à mecanicista.
- e) A departamentalização funcional é típica das organizações que ofertam apenas um produto ou serviço

46. Conforme os pressupostos da nova gestão pública e da gestão por resultados no âmbito das políticas públicas, julgue os itens que se seguem.

- I. Governabilidade diz respeito ao sistema pelo qual as instituições são dirigidas, monitoradas e incentivadas.
- II. O relacionamento entre os acionistas e os administradores pode se submeter à teoria do agente-principal.
- III. A avaliação de impacto possibilita detectar dificuldades que ocorrem durante o processo de formulação de programas e projetos a fim de efetuar correções ou adequações.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão errados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

Considere que as proposições lógicas simples sejam representadas por letras maiúsculas e que os símbolos lógicos usuais sejam representados de acordo com a tabela a seguir.

conectivo	símbolo
conjunção	\wedge
disjunção	\vee
negação	\sim
condicional	\Rightarrow
bicondicional	\Leftrightarrow

Com base nisso, resolva as questões 47 a 49.

47. Observe o texto a seguir: “O atual sistema de representação é consequência de longa evolução histórica, mas a reforma política é estritamente necessária”. O texto precedente pode ser expresso corretamente por:

- a) P
- b) $P \wedge Q$
- c) $P \Rightarrow Q$
- d) $(P \Rightarrow Q) \wedge R$
- e) $P \Rightarrow (Q \wedge R)$

48. Considere as seguintes três primeiras colunas da tabela-verdade da proposição composta $(P \Leftrightarrow (\sim Q)) \Rightarrow R$.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A partir dessas informações, a última coluna da tabela-verdade de $(P \Leftrightarrow (\sim Q)) \Rightarrow R$ apresenta valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência:

- V V V F V F F V
- V V F V V F V V
- V V V F V F V V
- V V V F V V F V
- V V V F F V F V

49. A proposição lógica $\sim(((P \vee Q) \wedge R) \Rightarrow (S \wedge T))$ é equivalente a:

- $\sim((P \vee Q) \wedge R) \Rightarrow \sim(S \wedge T)$.
- $\sim(S \wedge T) \Rightarrow \sim((P \vee Q) \wedge R)$.
- $\sim(S \wedge T) \Rightarrow \sim((P \vee R) \wedge (Q \vee R))$.
- $\sim((P \vee Q) \wedge R) \vee \sim(S \wedge T)$.
- $((P \wedge R) \vee (Q \wedge R)) \wedge (\sim S \vee \sim T)$.

50. Considere a seguinte sentença aberta com a variável $x =$ "indivíduo" tomada no conjunto universo U de todos os indivíduos do Paraná:

$W(x)$: "O indivíduo que estuda é aprovado."

Assinale a alternativa que descreve corretamente a proposição $W(\text{Armando})$:

- Armando estuda e é aprovado.
- Armando estuda se, e somente se, é aprovado.
- Se Armando é aprovado, então estuda.
- Se Armando não é aprovado, então não estuda.
- Se Armando não estuda, então não é aprovado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

51. O Ministério Público do Estado Y ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra os servidores públicos Ana, Bruno e Carlos, acusando-os de participação em um esquema de desvio de verbas públicas. O juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens, determinou a constrição dos bens de todos os réus até o limite do montante total supostamente desviado, sem divisão proporcional entre os corréus. Em relação à improbidade administrativa, com base no que prevê a legislação e jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) a constrição dos bens deve recair proporcionalmente sobre cada réu, correspondendo à sua participação no ilícito, e não ao valor total.
- b) a medida de indisponibilidade de bens deve ser individualizada, de forma que cada réu tenha seus bens bloqueados até o limite de sua responsabilidade pessoal.
- c) a solidariedade entre os corréus permite que a indisponibilidade recaia sobre os bens de todos eles, sem divisão proporcional, limitando-se o somatório da medida ao quantum determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um.
- d) a solidariedade entre os réus implica que o bloqueio dos bens de cada um deve corresponder ao valor total do débito atribuído a todos, independentemente da participação individual.
- e) a medida de indisponibilidade de bens deve ser aplicada de maneira solidária, mas cada réu pode ser responsabilizado individualmente pelo valor total do dano, independentemente do somatório dos valores.

52. Em relação ao pagamento, pelo regime de precatórios, das dívidas das empresas públicas e às sociedades de economia mista, é correto afirmar, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores que

- a) as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio estão submetidas ao regime de precatórios.
- b) as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica com finalidade de lucro estão submetidas ao regime de precatórios.
- c) sociedade de economia mista prestadora de serviço público não concorrencial não está sujeita ao regime de precatórios.
- d) é possível a constrição judicial de bens, rendas e serviços das sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos em regime não concorrencial, independentemente de distribuição de lucros aos acionistas.
- e) não se submetem ao regime de precatórios as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro.

53. Júlia é empregada concursada de uma sociedade de economia mista que explora atividade econômica em regime concorrencial. Após mais de cinco anos de serviço, ela foi demitida sem a abertura de processo administrativo para concessão do contraditório e ampla defesa. A sociedade de economia mista alegou que a decisão se deu por conta de uma reestruturação interna e necessidade de redução de despesas, formalizando essa motivação em ato próprio. Diante da situação de Júlia, considerando a jurisprudência sobre a demissão de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta

- a) a demissão de Júlia é inválida porque não foi precedida de processo administrativo.
- b) a demissão de Júlia é inválida, pois não houve motivação enquadrada nas hipóteses de justa causa previstas na legislação trabalhista.
- c) a demissão de Júlia é válida desde que a motivação apresentada pela sociedade de economia mista seja formal e razoável, mesmo que as razões não se enquadram nas hipóteses legais de justa causa.
- d) a demissão de Júlia é inválida, pois a reestruturação interna não é considerada motivação razoável para a demissão de empregados concursados.
- e) a demissão de Júlia é inválida em razão da falta de contraditório e ampla defesa.

54. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social. Além disso, sobre o papel dos Tribunais de Contas no controle das contratações públicas, nos termos da Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) as linhas de defesa são formadas pelos agentes públicos e órgãos da administração promotora da licitação, como os agentes de licitação, órgãos de assessoramento jurídico e sistema de controle interno, mas não pelo Tribunal de Contas, uma vez que este é órgão do sistema de controle externo.
- b) ao suspender cautelarmente o processo de licitação, o Tribunal de Contas, após o decurso do prazo legal, deverá pronunciar-se sobre o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.
- c) a Nova Lei de Licitações veda que o Tribunal de Contas da União emita medidas cautelares sem a prévia oitiva da autoridade competente, buscando evitar que o interesse público seja obstado pela suspensão da licitação.
- d) A decisão que examinar o mérito da medida cautelar que suspender processo de licitação deverá definir as medidas necessárias e adequadas, em face das alternativas possíveis, para o saneamento do processo licitatório, mas não poderá determinar a sua anulação.
- e) A Nova Lei de Licitações expressamente faculta ao gestor público descumprir a medida cautelar do Tribunal de Contas, de forma fundamentada, como meio para assegurar o cumprimento do interesse público.

55. Ana, servidora ocupante de cargo público efetivo na administração pública estadual, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa. Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) o Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Ana.
- e) a partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Ana.

56. Maria, servidora contratada pela administração pública por tempo determinado, descobre que está grávida. Diante dessa situação, ela busca orientação sobre seus direitos durante a gestação e após o nascimento do filho. Considerando o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) Maria não tem direito à licença maternidade nem à estabilidade provisória, uma vez que foi contratada por tempo determinado e não possui vínculo empregatício permanente.
- b) Maria tem direito apenas à licença maternidade, mas não à estabilidade provisória, uma vez que sua contratação é por tempo determinado e não se enquadra em regime jurídico-administrativo.
- c) Maria tem direito à licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente de sua contratação ser por tempo determinado e do cargo que ocupa no serviço público.
- d) Maria tem direito à estabilidade provisória, mas não à licença maternidade, uma vez que sua contratação é por tempo determinado e contratual e a licença é aplicável somente às servidoras estatutárias.
- e) Maria somente teria direito à licença maternidade e à estabilidade provisória se fosse concursada.

57. A modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e sua conservação e a previsão de prestação dos serviços públicos mediante tarifas mais baixas possíveis cobradas dos usuários, a fim de manter a prestação do serviço ao maior número possível de usuários são características que traduzem, respectivamente, os seguintes princípios previstos na Lei nº 8.987/1995:

- a) generalidade e competitividade.
- b) universalidade e eficiência.
- c) economicidade e continuidade.
- d) atualidade e modicidade.
- e) modicidade e continuidade.

58. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/99 acerca da decisão coordenada, assinale a afirmativa correta:

- a) as decisões administrativas que exijam a participação de dois setores podem ser tomadas mediante decisão coordenada, desde que for justificável pela relevância da matéria.
- b) mesmo que não haja prejuízo à celeridade do processo decisório, é possível a adoção da decisão coordenada.
- c) pode ser aplicada a decisão coordenada nos processos administrativos de licitação sob o manto da Lei nº 14.133/2021.
- d) a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
- e) qualquer interessado pode participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvinte, vedado o direito a voz.

59. Enzo, um bebê de apenas um ano, foi atingido por uma bala perdida durante um confronto entre policiais e criminosos no bairro onde mora. A operação repercutiu em toda a mídia, ficando demonstrada a atuação dos policiais no confronto. Todavia, a perícia foi inconclusiva quanto à origem do projétil, não havendo elementos para comprovar se o disparo partiu do armamento policial. Nessa situação, é correto afirmar, acerca da responsabilidade civil estatal e com base em entendimento dos Tribunais Superiores, que:

- a) o Estado responde objetivamente, desde que comprovado o dolo ou culpa dos agentes públicos no desfecho trágico da operação policial.
- b) a responsabilidade nesse caso é objetiva e integral, sendo incabível a demonstração das excludentes de ilicitude.
- c) o Estado terá responsabilidade civil objetiva, cabendo ao poder público provar a exclusão donexo causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido em razão da operação policial.

d) o Estado responderá de forma subjetiva, quando a perícia for inconclusiva, uma vez que a família da vítima terá que provar que os policiais não adotaram as cautelas legais e normativas exigidas, configurando-se a omissão culposa.

e) como a perícia foi inconclusiva sobre a origem do disparo, ficará excluída a responsabilidade civil estatal, em razão da ausência da comprovação do nexo causal entre a ação estatal e o dano.

60. Na organização administrativa brasileira, é correto afirmar que as agências executivas:

- a) são necessariamente autarquias sob regime especial, não se caracterizando como uma nova espécie de entidade da administração indireta.
- b) podem ser autarquias ou fundações públicas, cuja qualificação exige a assinatura de contrato de gestão e um plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional já concluído ou em andamento.
- c) para uma autarquia se tornar agência executiva não é necessária uma qualificação formal, pois seu grau de autonomia depende exclusivamente da lei instituidora.
- d) atuam em áreas específicas de regulação e execução de assuntos de interesse público.
- e) não podem ser qualificadas, ao mesmo tempo, como agências reguladoras, por expressa vedação legal

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

61. Mévio, estudante de direito, questionou o seu professor acerca da classificação, quanto à eficácia e à aplicabilidade, da norma que se extrai do disposto no art. 39, caput, da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, preceito que foi considerado inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de cognição sumária. Eis o teor do preceito: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”. O professor respondeu corretamente que estamos perante norma de eficácia.

- a) relativa e aplicabilidade integrativa.
- b) limitada e de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) plena e aplicabilidade imediata.
- e) limitada e de princípio institutivo.

62. No que se refere ao poder constituinte, julgue os itens a seguir.

I O poder constituinte derivado é, a rigor, um poder constituído, logo está sujeito aos limites e às condições estabelecidos pelo poder constituinte originário.

II O poder constituinte originário, ainda que ilimitado e incondicionado, não pode suprimir direitos adquiridos.

III O poder constituinte originário, do qual o povo é titular, é permanente, não se exaurindo com a elaboração da constituição.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

63. Em relação aos direitos, aos deveres e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.
- b) O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.
- c) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica
- d) É inconstitucional a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.
- e) A publicação de informações, ainda que falsas, em veículos de comunicação social está assegurada pela liberdade de imprensa.

64. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

65. Marcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.
- e) Márcio não poderá se candidatar ao cargo de Governador, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

66. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

67. O Chefe do Poder Executivo do Município Alfa foi informado por sua assessoria a respeito da necessidade de ser encaminhada a prestação de contas anual ao Tribunal de Contas.

Ao questionar sua assessoria a respeito do papel desempenhado pelo Tribunal de Contas na análise das contas apresentadas, foi-lhe corretamente informado que esse órgão deve

- a) julgar as contas, quer sejam de gestão, quer de governo, sendo cabível recurso para a Câmara Municipal de Alfa.
- b) apenas emitir parecer em relação às contas de governo e às contas de gestão, sendo que a Câmara Municipal de Alfa somente poderá rejeitá-lo pelo voto de dois terços dos seus membros.
- c) julgar as contas de governo e emitir parecer prévio em relação às contas de gestão, não estando a Câmara Municipal de Alfa vinculada a este último, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo livremente.
- d) julgar as contas de gestão e emitir parecer prévio em relação às contas de governo, sendo que a Câmara Municipal de Alfa somente poderá rejeitar este último pelo voto de três quintos dos seus membros.
- e) julgar as contas de gestão e emitir parecer prévio em relação às contas de governo, sendo que a Câmara Municipal de Alfa somente poderá rejeitar este último pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

68. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta acerca da competência para legislar sobre orçamento e finanças públicas.

- a) Para os municípios, a referida competência é residual.
- b) Os estados-membros, ante a autonomia federativa, não necessitam observar as normas gerais editadas pela União; logo, a competência é enumerada e comum.
- c) Havendo conflito entre normas orçamentárias editadas pela União e normas orçamentárias editadas pelos estados-membros, deverão prevalecer aquelas, porque as normas federais são hierarquicamente superiores às normas estaduais.
- d) A referida competência é enumerada e concorrente, cabendo aos estados-membros a edição de normas específicas para atender às peculiaridades, respeitando as normas gerais da União nesse campo.
- e) Trata-se de competência advinda de rol exemplificativo, havendo possibilidade de delegação por parte da União, aos estados-membros, aos municípios e ao Distrito Federal, das matérias elencadas no art. 24 da CF.

69. Denise, brasileira nata, morava há muitos anos no exterior. No início deste mês, embora não tenha adquirido outra nacionalidade, formulou pedido expresso de perda da nacionalidade perante a autoridade brasileira competente, por entender que os seus laços com a República Federativa do Brasil tinham sido dissolvidos.

De acordo com a Constituição o referido pedido:

- a) não pode ser acolhido, pois a nacionalidade brasileira é irrenunciável;
- b) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, sendo vedada a sua reaquisição;
- c) C) embora seja admitida a renúncia da nacionalidade brasileira, isso não é possível em relação a Denise.

d) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas Denise pode readquiri-la, o que ocorrerá em caráter derivado, com a naturalização, não em caráter originário.

e) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas a sua reaquisição está sempre sujeita à discricionariedade da autoridade administrativa competente;

70. Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

DIREITO FINANCEIRO*Nick Simonek*

71. O assessor jurídico de uma agência de fomento foi incumbido de avaliar um projeto que se baseava em uma norma estadual, de iniciativa popular, que previa a afetação de 10% do orçamento bruto a programas agrícolas. Há dúvidas sobre a compatibilidade dessa norma com a Constituição Federal.

Após estudar o caso, o assessor constatou que essa norma é

- a) incompatível, uma vez que é de iniciativa do Poder Executivo propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- b) incompatível, sendo do Poder Legislativo a iniciativa de propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- c) compatível, uma vez que a lei objetiva incentivar determinado setor econômico e não vincula receitas de determinados impostos de competência do Estado.
- d) compatível, já que é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Executivo só se aplica no caso dos territórios federais.
- e) compatível, obedecendo às regras constitucionais, no que diz respeito à iniciativa das leis, como corolário da autonomia, independência e harmonia dos Poderes e reveladoras do sistema federativo.

72. Nos termos da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada de forma

- a) disjuntiva
- b) regionalizada

- c) separada
- d) setorial
- e) unificada

73. Nos termos da Constituição Federal, a lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal é a de

- a) orçamento anual
- b) análise bilateral
- c) plano plurianual
- d) relatório periódico
- e) diretrizes orçamentárias

74. No Brasil, a Lei Orçamentária Anual (LOA)

No regime de distribuição de competências na área de finanças públicas, têm atuação bastante presente a União Federal, especialmente pela Secretaria do Tesouro e pelo Ministério da Fazenda, e o Banco Central, autarquia federal que emite moeda a mando da União Federal.

Para regular o mercado, para quem o Banco Central pode, de acordo com a Constituição Federal, conceder empréstimos?

- a) Estados
- b) Municípios
- c) Ministério Público
- d) Instituição Financeira
- e) Federação de Servidores Públicos

75. O orçamento da União é aprovado por

- a) lei aprovada pelo Congresso Nacional com sanção do Presidente da República
- b) lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional com sanção do Presidente da República
- c) decreto editado pelo Presidente da República
- d) decreto legislativo editado pelo Presidente da República

e) decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTO**

Luciana Marinho

76. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

77. De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

78. Segundo a LRF, o contingenciamento de despesas ou limitação de empenho é um mecanismo que tem por fundamento auxiliar no cumprimento das metas fiscais ao longo do exercício financeiro. Nesse contexto, pode-se afirmar:

- a) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais.
- b) Os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira são fixados na Lei Orçamentária Anual.

c) A aferição da compatibilidade da arrecadação de receitas com as metas de resultado primário e nominal é bimestral.

d) A verificação é quadrimestral.

e) Trata-se de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

79. A LDO estabelece diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo metas e prioridades do governo federal, despesas de capital para o exercício financeiro seguinte, alterações na legislação tributária e política de aplicação nas agências financeiras de fomento. Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal e política fiscal, entre outros temas.

A LRF ampliou o conteúdo a ser tratado diretamente pela LDO ou por seu anexo de metas fiscais. Segue abaixo tais atribuições, exceto:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) critérios e forma de limitação de empenho.
- c) estimativa e compensação da renúncia de receita.
- d) evolução do patrimônio líquido.
- e) normas relativas ao controle fiscal.

80. São despesas cujas obrigações referem-se a exercícios findos, que não foram sequer empenhadas, ou tiveram seus empenhos cancelados. Trata-se de

- a) restos a pagar.
- b) restituições orçamentárias.
- c) restos a pagar processado.
- d) despesas de exercícios anteriores.
- e) despesas de custeio.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

81. Em relação aos benefícios do regime geral de previdência social (RGPS), assinale a opção correta.

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente deverá ser concedida automaticamente se o segurado estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária por mais de 02 anos ininterruptos.
- b) Para a concessão do auxílio por incapacidade temporária decorrente de doença especificada em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, de acordo com os critérios de mutilação, o segurado deverá cumprir a carência mínima de 12 contribuições.
- c) O valor da aposentadoria por incapacidade permanente do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- d) Segurado do RGPS que estiver em gozo do benefício da aposentadoria programada e continuar trabalhando poderá eventualmente acumular esse benefício com auxílio por incapacidade temporária, caso fique incapacitado para o novo trabalho por mais de 15 dias consecutivos.
- e) Os benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-acidente prescindem de carência mínima de contribuições ao RGPS.

82. De acordo com a legislação do regime próprio de previdência social dos servidores efetivos do Estado do Paraná, o(a) servidor(a) com deficiência poderá se aposentar:

- a) aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos, se mulher, desde que cumpridos 28 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria
- b) aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos, se mulher, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência leve.
- c) aos 55 anos de idade, se homem e, aos 50 anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência.
- d) aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência.
- e) aos 65 anos de idade, se homem e, aos 62 anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência.

83. No Brasil, os regimes públicos de previdência são o regime geral de previdência social (RGPS) e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos. Quanto às normas dos regimes próprios de previdência social, assinale a assertiva correta.

- a) Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime próprio de previdência social tornou-se obrigatória por todos os entes federativos.
- b) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.
- c) Os regimes próprios de previdência social têm caráter contributivo obrigatório e solidário, sendo financiados com recursos provenientes do ente público que o instituiu e das contribuições do servidor ativo, excepcionando os servidores aposentados e os pensionistas.
- d) Servidor público federal titular de cargo efetivo vinculado ao regime próprio de previdência social da União poderá se filiar ao regime geral de previdência social na condição de segurado facultativo para fins de obter mais uma aposentadoria.
- e) O empregado público federal está amparado pelo regime próprio de previdência social dos servidores federais.

84. À luz das normas constitucionais e legais acerca dos regimes próprios de previdência social, julgue os itens seguintes.

- I - O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.
- II - Os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao RGPS.
- III - O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo de sessenta meses.
- IV - Aplica-se o RGPS ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens III e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

85. No tocante às normas relativas à previdência complementar, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, exceto na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.
- b) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social (RGPS), será obrigatório para os que têm rendimento superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- c) O regime de previdência complementar dos servidores públicos que são amparados por regime próprio de previdência deverá ser instituído pelo ente federado por meio de lei complementar.
- d) Os planos de benefícios de previdência complementar instituídos pelos entes federativos para seus servidores poderão ser oferecidos nas modalidades de benefício definido ou de contribuição definida.
- e) Os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência do regime de previdência complementar deverão fazer a adesão ao regime de previdência complementar e terão seus benefícios de aposentadoria e pensão por morte limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

86. Sobre a vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis, o conflito das leis no tempo e a eficácia das leis no espaço, tendo em vista as disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Se considera lei nova as correções de texto de lei já em vigor.
- b) Juridicamente, a expressão *vacatio legis* significa o período compreendido entre a aprovação de uma lei pelo Poder Legislativo até o início de sua vigência.
- c) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- d) Diante de omissão legal, o juiz decidirá de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, visando atender aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- e) A Lei entra em vigor em todo o país, sem exceção, 45 dias depois de oficialmente publicada, se não houver previsão de *vacatio legis* diversa.

87. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, são absolutamente incapazes:

- a) Os menores de 18 anos e os ébrios habituais e os viciados em tóxico
- b) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- d) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- e) Os menores de 16 anos.

88. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 sobre os direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) Inclusive quando há exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, contudo, tal disposição, uma vez feita, não poderá ser revogada.
- c) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado juntamente com o Ministério Público, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.
- d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, a menos que não haja intenção difamatória.
- e) São legitimados a exigir que cesse a ameaça ou lesão aos direitos da personalidade do morto, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

89. Uma janela, é, respectivamente, quando ainda aguardando seu emprego em uma casa, quando estiver numa casa inteira sendo transportada para outro local, quando tiver sido provisoriamente retirada para reparos, e, quando estiver jogada numa caçamba de entulhos para ser descartada

- a) móvel, móvel, móvel, móvel.
- b) móvel, imóvel, imóvel, móvel.
- c) móvel, móvel, móvel, móvel.
- d) móvel, móvel, imóvel, imóvel.
- e) móvel, imóvel, móvel, imóvel.

90. Em relação à mora, é correto afirmar que:

- a) apenas o devedor poderá estar em mora;
- b) apenas o credor poderá estar em mora;
- c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;
- d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial;
- e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

91. Carlos ajuizou ação declaratória de inexigibilidade do débito cumulada com obrigação de fazer e pleito de dano moral. Na sua inicial, pleiteou pela concessão de tutela de urgência, a fim de que a requerida excluísse seu nome dos cadastros restritivos de crédito, alegando que isso estaria prejudicando o seu "score". Sobre o tema e o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Para a concessão da tutela de urgência, basta o risco ao resultado útil do processo.
- b) Para atribuição do valor da causa, não é necessário apontar o valor pretendido a título de dano moral.
- c) A tutela de urgência somente pode ser concedida liminarmente
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida ainda que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

92. Analise as assertivas a seguir, a respeito dos poderes do juiz no processo civil:

I – Ainda que o processo esteja concluso para julgamento, é possível que o juiz promova a autocomposição entre as partes;

II – O juiz pode determinar a dilação de prazos processuais de forma a adequá-los às necessidades do conflito e de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

III – O juiz pode determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios, a fim de propiciar o julgamento de mérito.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II.
- b) II.
- c) II – III.
- d) III.
- e) I – II – III.

93. A decisão do juiz que extingue a execução tem natureza de:

- a) sentença.
- b) decisão interlocutória.
- c) despacho.
- d) ofício.
- e) recurso.

94. Servidor municipal ingressou com uma ação pedindo a incorporação ao salário de uma vantagem pecuniária estabelecida por lei local. O juiz, ao analisar a petição inicial, percebe que o assunto contraria enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local, mas não encontrou entendimento firmado nos tribunais superiores.

Diante desse caso, é correto afirmar que o juiz

- a) designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 dias, devendo ser

citado o réu com pelo menos 20 dias de antecedência.

- b) independentemente de citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido.
- c) apenas nos casos do mérito encontrar respaldo em enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, poderia julgar liminarmente o mérito.
- d) julgará liminarmente improcedente o pedido, não sendo tal decisão atacável por apelação.
- e) Julgará liminarmente improcedendo o pedido, não havendo chance de posterior retratação após o recurso aplicável.

95. O Tribunal de Contas Estadual aplicou multa ao Ex-prefeito do município X em virtude de irregularidades verificadas no curso de processo administrativo, que prejudicaram a municipalidade. Diante disso, o Município X ajuizou ação de execução de título extrajudicial para cobrança da referida multa, incluindo como executado o Prefeito. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

- a) A legitimidade para a cobrança é do próprio tribunal de contas, não sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- b) A legitimidade para cobrança é do próprio tribunal de contas, sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- c) A legitimidade para a cobrança é do Município, não sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- d) A legitimidade para a cobrança é do Município, sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- e) A multa não pode ser executada judicialmente.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

96. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

97. Organização assistencial da Igreja Batista de Curitiba, por não possuir sede própria, alugou um imóvel de um particular para estabelecer suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) deste imóvel locado pela igreja, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às entidades religiosas e templos de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis por ela locados.
- c) O IPTU é devido, e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU é devido, e o proprietário do imóvel será o contribuinte do imposto.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista a imunidade religiosa, que alcança, inclusive, os imóveis locados pelas entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

98. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

99. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

100. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) A anistia pode ser concedida limitadamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
 - b) I e III.
 - c) II e III.
 - d) I, II e III.
 - e) I.
-

Discursiva 01

Durante a apreciação das contas de determinado município do estado X, o TCE desse estado (TCE/X) constatou ilegalidade em determinado contrato de prestação continuada, razão por que assinalou prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Decorrido o prazo estabelecido pelo tribunal, a prática ilegal persistia.

Com base na situação hipotética acima, redija um texto dissertativo respondendo, necessariamente, de forma objetiva e justificada, aos seguintes questionamentos.

- a) O TCE/X poderá sustar diretamente a execução do contrato eivado de vício?
- b) O TCE/X poderá aplicar sanções diretamente aos agentes públicos envolvidos?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 02

Um órgão público contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um edifício anexo para alocação de atividades de suporte de informática. No curso do contrato, em face de restrições orçamentárias e da necessidade de corte de despesas, viu-se obrigado a reduzir as obras inicialmente contratadas, suprimindo parte do objeto do contrato, correspondente à construção do edifício anexo.

Considerando o que dispõe a Lei 14.133/2021, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a) Existe algum limite em que a contratada estaria obrigada a aceitar a supressão quantitativa do objeto? A prerrogativa de alteração unilateral pela Administração Pública é condicionada à comprovação de circunstâncias supervenientes?
- b) A contratada faz jus a alguma espécie de ressarcimento por custos incorridos e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da supressão quantitativa de seu valor?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 03

Mévia Silva, segurada obrigatória empregada, foi demitida, sem justa causa de seu trabalho desempenhado na mesma cidade de domicílio. Laborou por quinze anos ininterruptos. Seis meses após sua demissão, ainda desempregada, não tendo desempenhado em nenhum momento qualquer função remunerada, fica grávida. Ela procura um advogado para saber se de algum modo poderia pleitear o direito ao salário-maternidade junto ao INSS. Discorra a respeito da situação hipotética de forma concisa, coesa e fundamentada sobre as orientações que o advogado deverá fornecer para sua cliente, concluindo acerca do direito de Mévia ao benefício.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 04

O Poder Executivo de determinado estado da Federação remeteu, juntamente com o projeto de lei posteriormente aprovado e que tratou da concessão de crédito presumido aos contribuintes do ICMS, a estimativa do impacto financeiro dessa medida para o exercício de início de sua vigência e para os dois exercícios subsequentes. Esse benefício fiscal, entretanto, não foi considerado na estimativa de receita da lei orçamentária, não tendo sido demonstrado, também, que sua concessão não afetaria as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias, mesmo levando-se em conta que os contribuintes do ICMS fariam o creditamento de valores superiores aos que seriam de direito nas operações comerciais sem a benesse.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo apontando, **conforme o disposto na LRF**, a natureza jurídica do crédito presumido concedido na cobrança do ICMS no referido estado e as medidas a serem observadas pelo agente público na aplicação da referida lei aprovada, assim como o início de sua eficácia.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Parecer

No curso de uma auditoria realizada no município XPTO, do estado X verificou-se a seguinte situação.

Com o intuito de preservar a realidade ética, social, histórica, geográfica, cultural, política econômica local, o Prefeito do município idealizou construir o “Museu de História Social dos Municípios do Estado X”. O primeiro passo para a concretização desse projeto foi a construção da sede própria do museu.

O artigo 37, XXI, da Constituição Federal exige que esse tipo de despesa seja precedido de um processo de licitação pública. O Prefeito quis que o museu fosse um presente surpresa à população, a ser entregue no dia do aniversário da cidade. O orçamento ficou em R\$ 100.000.000,00, em razão da necessidade de técnica especial para execução das obras de fundação, devido às características do terreno. Os fatos ocorreram da seguinte forma:

a- A ideia original era a realização por pregão, em razão da celeridade do processo, mas o setor jurídico da prefeitura emitiu o parecer no sentido de que essa modalidade não era aplicável ao caso.

b- Por ser um presente e uma surpresa para a cidade, o Prefeito decidiu que todo processo licitatório fosse sigiloso.

c- A modalidade adotada foi o convite, tendo sido convidadas três empresas do ramo de construção civil.

d- Não houve a publicação do edital, em razão do caráter sigiloso.

e- Para celeridade do processo, o Prefeito autorizou o desenvolvimento dos projetos básico e executivo concomitantemente com a execução das obras. Além disso, o contratado para a execução da obra foi o responsável pela elaboração dos referidos projetos.

f- Como se trata de obra de grande vulto, o edital, por força de lei, contemplou a matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

g- Houve desclassificação da proposta no valor de R\$ 80.000.000,00, sob o fundamento de preço inexequível.

h- As duas propostas restantes foram apresentadas no mesmo valor, o critério de desempate foi o sorteio, conforme cláusula de desempate prevista no edital.

A obra foi entregue a tempo e fez parte das festividades oficiais em comemoração ao aniversário da cidade.

Com base na situação apresentada, e à luz da Lei 14.133/2021, redija, na condição de analista de controle externo, um parecer técnico avaliando, item por item, se nos fatos ocorridos houve ou não atendimento à legislação que rege esse tipo de despesa pública. Em seu parecer, não crie fatos novos e dispense a ementa, o relatório, o local, a data e a assinatura.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
